PROCESSO CIVILIZADOR, EDUCAÇÃO, LEITURA

CIVILIZING PROCESS, EDUCATION, READING

Cynthia Greive Veiga[1]

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir a leitura de livros e a formação de leitores como parte do processo civilizador. Deste modo refuta-se o entendimento da existência do leitor como condição *a priori* de ser civilizado. Para esta discussão analisaram-se alguns aspectos históricos do processo de desenvolvimento da leitura, da educação do leitor e das dimensões morais de sua formação.

Palavras-chave: leitura; leitor; processo civilizador.

Abstract

The aim of this article is to debate book readings and the formation of book readers as part of the civilizing process. Thus, it refutes the idea of the existence of the reader as *a priori* condition to be civilized. For this debate, historical aspects of the reading development process, the reader's education and the moral dimensions of formation are analyzed.

Key words: reading; reader; civilizing process.

[1] Doutora História pela Universidade Estadual de Campinas. Realizou pós-doutoramento no Departamento de História da Universidade de São Paulo. É professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais com atividades docentes e de orientação na graduação e na pós graduação. EMAIL: greive@fae.ufmg.br

Artigo recebido em 06-11- 2012; aprovado em 27-11- 2012

> Leitor voraz e ciumento, um grão vizir da Pérsia carregava sua biblioteca quando viajava, acomodando-a em 400 camelos treinados para andar em ordem alfabética. Em 1536, a Lista de preços das prostitutas de Veneza anunciava uma profissional que se dizia amante da poesia e tinha sempre a mão algum livrete de Petrarca, Virgílio ou Homero. Na segunda metade do século XIX, em Cuba, os operários de algumas fábricas de charuto pagavam um lector, um leitor que se sentava junto às bancadas de trabalho e lia alto enquanto eles manuseavam o fumo. Lia por exemplo, romances didáticos, compêndios históricos e manuais de economia política. A ditadura de Pinochet baniu o Don Quixote, identificando ali apelos à liberdade individual e ataques à autoridade instituída. **A leitura é a mais civilizada das paixões**. Mesmo quando registra atos de barbarismo, sua história é uma celebração da alegria e da liberdade (MANGUEL, 1999) (grifos meus).

Pensar a leitura de livros como paixão civilizada e pensar a formação do leitor como parte do processo civilizador e não como condição *a priori* de ser civilizado é o objetivo deste texto. Numa longa duração histórica a leitura de livros é fato recente, durante muitos séculos predomina a comunicação oral, por sua vez a popularização da aprendizagem da leitura somente se fez a partir do século XIX. Deste modo é importante considerar a existência de outras leituras, mas principalmente a condição humana de elaborar e decifrar símbolos para a representação do pensamento.

Minha premissa inicial é de que a potencialidade sociobiológica dos seres humanos para o ato de ler é algo que o distingue de todos os outros seres vivos; portanto, todo ser humano é um leitor, todos nós podemos decifrar e traduzir signos. O ser humano é o único ser vivo dotado da capacidade de produção e decifração de símbolos, esta característica está intimamente relacionada com a necessidade humana de viver em sociedade. Ou seja, os laços de interdependência humana constituem ao longo da história as mais diferentes figurações (família, aldeia, nação, escola etc.) e tais estruturas sociais são elas mesmas o lugar da produção das simbologias que dão a ver a dimensão relacional humana e sua necessidade de comunicação. Deste modo nenhuma sociedade existe sem ler.

Como são várias as representações simbólicas, também são muitas as leituras, e a língua, seja ela falada, lida e/ou escrita é apenas um dos símbolos. Fazem parte da necessidade humana de comunicação outras representações simbólicas, como pintura, escultura, notas musicais, mapas, desenho de um bordado, expressões corporais etc. Ler as letras é apenas um dos muitos modos de decifração de símbolos, os registros dos sons em letras.

No âmbito da linguagem, os seres humanos são dotados de equipamento biológico para produzir sons, mas os padrões sonoros não são fixados geneticamente, diferentemente dos animais (por exemplo, todo cachorro late seja no Brasil ou na China). O padrão sonoro nos humanos é uma elaboração sócio histórica e, portanto, educacional, ou seja, a língua materna é sempre adquirida por aprendizagem, demonstrando a íntima relação entre biologia e sociologia. Um idioma é expressão de regularização social das pautas sonoras de um povo, expressa símbolos que representam objetos de conhecimento. Neste aspecto o sociólogo Norbert Elias afirma que

> De fato, tudo o que não está representado simbolicamente no idioma de uma comunidade linguística não é conhecido por seus membros: não podem comunicar-se entre si sobre ele. Isto não somente não é aplicável a palavras isoladas como a frases inteiras, ao pensamento em geral [...]. Podemos dizer em geral que os membros de uma sociedade não conhecem o que não tem representação simbólica no idioma desta mesma sociedade (ELIAS, 1994, p. 35-36).

Linguagem, pensamento e conhecimento se entrelaçam como meio de comunicação e orientação humana. Mas como dissemos a língua materna não é inata, mas requer aprendizagem. Contudo, tal aprendizagem não é algo solitário ou um ato individual, como querem alguns pensadores como Descartes, Kant, Popper, que compreendem a aprendizagem enquanto fruto da razão humana, ou ainda entendem a razão como condição da experiência humana. Refutando esta dimensão individual ou da experiência individual podemos perguntar sobre as experiências coletivas, sociais ao longo de muitas gerações que produziram e produzem modelos explicativos da realidade, na necessidade social de dar a conhecer. Entendemos que a necessidade de simbolizar é a de fazer algo conhecido, portanto, a comunicação humana é antes de tudo partilha de conhecimento. O que não é simbolicamente representado não é conhecido e não pode ser comunicado; a linguagem tem função de comunicação e função de orientação.

Ainda de acordo com Elias,

> No caso dos seres humanos, e somente neste caso, a transmissão de conhecimento por meio de símbolos sociais permite a gerações posteriores edificar sobre os conhecimentos de gerações anteriores, revisá-los e ampliá-los. O crescimento intergeracional do conhecimento é, como a comunicação lingüística, exclusivamente humano (ELIAS, 1994, p. 152).

Imagens, linguagem falada e linguagem escrita expressam também os diferenciados domínios de leitura do mundo em que vivem os vários grupos sociais e seus estilos de comunicação. Destaca-se que a representação simbólica do pensamento sob a forma de palavra escrita é a forma mais complexa de organização do pensamento. Eric Havelock (1996) estabelece como data aproximada de invenção do alfabeto o século VIII a.C., desde então o desenvolvimento de uma "mente alfabética" ou "inteligência letrada" divide espaço com a oralidade como formas de comunicação e produção de conhecimento, não sem tensões. Numa longa duração histórica a crescente valorização da escrita como registro do conhecimento produziu a estigmatização da oralidade como expressão de grupos sociais inferiores. Por sua vez, a prevalência da escrita como modo de organizar o pensamento, o aparecimento da página impressa no século XVI e a popularização do aprendizado da escrita e leitura no século XIX nos instigam a pensar a dimensão civilizadora contida no ato de ler a palavra escrita.

Leitura e história: alguns aspectos

Como observa Manguel (1999) são muitos os modos de ler, ler as imagens (todos os suportes e tipos: pedras, papel, desenhos, pintura, fotografia, digital), ler movimentos e gestos, ler o escrito — mas de certo modo todo leitor decifra signos e conversa com ausentes. Nos diferentes modos de ler, lemos ouvindo, fazemos leituras em voz alta e leitura silenciosa. Manguel afirma ainda que a leitura silenciosa se tornou mais usual a partir do século X. A norma desde os primórdios da palavra escrita era a leitura em voz alta, assim até parte da Idade Média, escrevia-se para ser escutado. Deve-se levar em consideração o número reduzido de pessoas que sabiam ler, assim as leituras públicas eram comuns e de experiências variadas — na missa, as leituras em estalagens, nas cortes, nas fabricas cubanas. Mas na medida em que a leitura silenciosa foi se tornando norma, cresceu a sensação de ficar à vontade com as palavras, o sentimento de controle da intimidade e da ideia de que a leitura em voz alta distrai o pensamento.

Com a ascensão do monopólio do saber pela igreja Católica durante a Idade Média outra questão se faz presente: em que língua ler e escrever? A Igreja estabeleceu o latim como

idioma oficial e sagrado, deste modo o estudo da gramática latina esteve na origem das *Universitas* no século XII e posteriormente dos colégios católicos a partir do século XVI. Durante vários séculos além de língua eclesiástica, foi também a língua da burocracia e da intelectualidade, mas com o desenvolvimento da economia mercantilista e da vida urbana as línguas vernáculas se impuseram de modo crescente como signo de comunicação, gerando tensões. Expressão deste contexto foi a adoção de línguas locais como língua dos Estados absolutistas recém-criados e a tradução da Bíblia para o alemão em 1521 por Matinho Lutero.

O desenvolvimento de sociedades letradas fez da aprendizagem da leitura um ritual de iniciação. Segundo Manguel (1999, p. 89-90), "A criança, aprendendo a ler, é admitida na memória comunal por meio de livros, familiarizando-se assim com um passado comum que ela renova, em maior ou menor grau, a cada leitura".

No processo civilizador do ocidente a leitura ganha dimensões de ato de civilização. O sociólogo Norbert Elias (1993, 1994a) desenvolve o entendimento do processo civilizador como o movimento de mudanças nas condutas e sentimentos humanos rumo a uma direção muito especifica — a autocoerção em detrimento da coerção externa numa longa duração histórica. Este processo foi expressão das mudanças desde o feudalismo, nas relações de interdependência entre os membros da Igreja, da nobreza e os príncipes, e a partir dos séculos XII e XIII também da burguesia dando lugar a organização dos Estados Nacionais com variação nas diferentes localidades. Neste contexto houve a substituição da sociedade guerreira pela sociedade de corte alimentando rivalidades e disputas de poder entre membros da aristocracia e da burguesia e mudanças de comportamento como modo de distinção social.

Nas monarquias absolutistas que se estabeleceram do século XIV em diante, não somente os reis expandiram seus poderes como as instituições da monarquia adquiriam nova importância para as transformações em curso. A organização dos exércitos do Rei, a monopolização da força física e a monopolização da tributação pelo Estado constituíram os pilares do processo civilizador tendo em vista as mudanças de comportamentos ocasionados. Deste modo Elias afirma que tanto as estruturas sociais como as estruturas mentais dos europeus mudaram drasticamente.

As mudanças dizem respeito a um lento processo de pacificação da sociedade e principalmente de rejeição da violência como modo de resolução de conflitos e, portanto, da demanda pela interferência do Estado no governo das populações. Isto implicou a necessidade de interiorização das normas fortalecendo os mecanismos de autocontrole dos instintos e

pulsões. De acordo com Elias, no século XIX, grande parte da sociedade europeia se autonomeia civilizada e assim quer ser reconhecida ainda que à custa de violência — paradoxo central de todo processo civilizador.

Ainda de acordo com esse autor, parte das tensões e paixões que antes eram liberadas diretamente na luta de um homem com outro terá agora que ser elaborada no interior do ser humano. A forte demanda pelo autocontrole dos instintos e das emoções como expressão de comportamento civilizado redimensiona noções de individualidade, de privacidade e de público. Desde a idade moderna, tem-se que "Para tudo que faltava na vida diária um substituto foi criado nos sonhos, nos livros, na pintura. De modo que evoluindo para se tornar cortesã, a nobreza leu novelas de cavalaria; os burgueses assistem em filmes a violência e à paixão erótica" (ELIAS, 1993, p. 203).

Também Philippe Ariès (1991) desenvolve aspectos importantes sobre o processo civilizador em curso. Entre eles, o autor também destaca o papel do Estado que, a partir do século XV, interfere com cada vez mais frequência no controle das condutas; o desenvolvimento da alfabetização; a difusão da leitura pelo papel impresso e da leitura silenciosa; o aparecimento de novas formas de devoção religiosa: a devoção interior, exame de consciência, confissão individual.

Ariès (1991) analisa ainda as mudanças das mentalidades presentes nesses acontecimentos, cuja ênfase se faz progressivamente na negação da violência e do corpo bruto, bem como na alteração das formas de distinção social. Esse autor as analisa em seis categorias de dados.

1- Literatura de civilidades: literatura que traz indicadores de alterações de comportamento tendo sido extensamente estudado por Norbert Elias, que constata radicais mudanças entre os séculos XVI e XVIII. Nesse período houve prescrição de maior contenção de gestos, elaboração de um novo pudor e recomendação de maior reserva emocional.

2- Literatura autógrafa: este gênero demonstra os avanços na alfabetização além da demanda por uma escrita de si, expressa em cartas, diários íntimos, autobiografias.

3- Gosto da solidão: alterando os costumes anteriores de convívio em grupos grandes de pessoas, ou bandos, no curso de processo civilizador de muitas tensões entre grupos, as pessoas buscam se organizar em pequenos grupos de convívio com afinidades

eletivas. Por sua vez a solidão já não mais é entendida como um mal social ou mesmo opção religiosa, mas como opção legítima de estar na sociedade. Poder ficar sozinho pode se apresentar inclusive como distinção — expressão de autocoerção e civilização.

4- Amizade: desenvolvimento do sentimento de partilhar a vida com um outro específico, para além das fraternidades medievais (fraternidades de armas dos cavaleiros) e da camaradagem militar embora tenha aí seu modelo. O sentimento de amizade se apresenta como mais polido — fidelidade como opção de pares.

5- Gosto: exteriorização de si pela manifestação estética como distinção social, desenvolvimento de atividades relativas à decoração de interiores; escolha de objetos e adornos como manifestação de gosto pessoal.

6- Espaços: alteração na distribuição espacial interna das residências com diminuição da dimensão dos cômodos (alcova), ampliação de espaços privados de comunicação, especialização dos aposentos: pequena lareira, escrivaninha, biblioteca pessoal.

Temos que a presença do Estado na organização da sociedade altera o lugar das sociabilidades comunitárias e faz emergir o individualismo dos costumes, mas também a vida familiar como valor. De acordo com Áries (1991, p. 15),

> Já não é, ou não é apenas, uma unidade econômica, a cuja reprodução tudo deve ser sacrificado. Já não é uma prisão para os indivíduos que só podiam encontrar liberdade fora da família, domínio feminino. Tende a tornar-se o que nunca havia sido: lugar de refúgio onde se escapa dos olhares de fora, lugar de afetividade onde se estabelecem sentimentos entre o casal e os filhos. Lugar de atenção à infância (bem ou mau).

Desde o século XVIII cada vez mais se faz notar a responsabilização dos pais pela educação dos filhos. Cada vez mais a vida privada se afirma como essencial. Jean Marie Goulemot (1991) destaca nesta época o apogeu do romance epistolar, paradoxalmente seu sucesso em meio aos leitores é o de dar publicidade ao que se passa no foro íntimo ou no ambiente familiar. Definitivamente a leitura se apresenta desde então como a mais civilizada das paixões.

Leitura e Educação

> Somente a aprendizagem da leitura, da escrita e da aritmética já demanda uma alta medida de regulação das pulsões e afetos; em sua forma mais elementar toma ao menos dois ou três anos da infância e, em geral, requer uma ocupação parcial em alguma instituição fora da família, sendo comum a escola (ELIAS, 1998, p. 436).

Norbert Elias destaca o imenso esforço de que crianças dependem para aprender, tendo em vista o nível de autocontrole necessário. Segundo Manguel (1999, p. 89), "Em todas as sociedades letradas, aprender a ler tem algo de iniciação, de passagem ritualizada para fora de um estado de dependência e comunicação rudimentar". Contudo, na história da educação é recente a suavização dos procedimentos pedagógicos; num largo tempo, a aprendizagem se fazia pela memorização e pela palmatória, devido principalmente ao desconhecimento do processo cognitivo das crianças.

Também durante muito tempo o ensino da leitura se fixava enquanto instrução, ou ainda se limitava a aprendizagem da condição de leitor, na maioria das vezes de leituras reguladas e controladas pelos adultos e/ou Igreja e/ou Estado. A metodologia se apresentava bastante precária, instrumental, era a soletração, desde antiguidade clássica. No século I a.C., Dioniso de Halicarnaso, fez a seguinte descrição:

> Quando aprendemos a ler, aprendemos primeiro o nome das letras, depois suas formas e seus valores, em seguida as sílabas e suas propriedades e, enfim, as palavras e suas flexões. Daí, começamos a ler e escrever, de início lentamente, sílaba por silaba. Quando, no devido prosseguimento do tempo, as formas das palavras estiverem bem fixas em nossa mente, lemos com agilidade qualquer texto proposto, sem tropeçar com incrível rapidez e facilidade (MANACORDA, 1989, p. 54).

Durante a Idade Média e a vigência da pedagogia escolástica permanece o entendimento de que a compreensão não era necessária, mas sim aprender as regras de cor. Destaca-se ainda a escrita manuscrita e o alto custo do papel, além de muitos limites das regas de escrita: pontuação errática, mistura de maiúsculas e minúsculas, abreviações, ortografia não uniforme. O principal objetivo era falar com eloquência. Manguel cita a afirmação de um professor de retórica do século XV sobre a função do ensino da leitura:

> Pois quando um bom professor empreende a explicação de qualquer trecho, o objetivo é treinar seus pupilos a falar com eloquência e viver na virtude. Se surge uma frase obscura que não serve a nenhum destes fins, mas é facilmente explicável, então sou a favor de explicá-la. Se seu sentido não é imediatamente óbvio, não o considerarei negligente se não a explicar. Mas se ele insiste em desenterrar trivialidades que exigem muito tempo e esforço para serem explicadas, chamá-lo-ei simplesmente de pedante (MANGUEL, 1999, p. 97).

Somente a partir do século XV surgem as cartilhas escritas no vernáculo ou cartilhas maternais. Junto ao catecismo, a literatura de civilidades chega às mãos das crianças por meio de mestres escolas, tios padres, pais, amas etc. Com a invenção da imprensa por Gutemberg por volta de 1549, o acesso à leitura toma dimensões amplas, ainda que o aprendizado de leitura neste contexto não seja popularizado.

No século XVIII os integrantes do movimento iluminista inovam ao propor a organização da *Enciclopédia das ciências, das artes e dos ofícios*. Produzida entre 1751 e 1772, a obra foi supervisionada por Jean-Baptiste d'Alembert (1717-1783) e Denis Diderot (1713-1784) e contou com a colaboração de autores como Jacques Turgot, Claude Helvetius, Holbach, Voltaire e Jean-Jacques Rousseau. Ao total somou 27 volumes, mais cinco de anexos e dois de índices analíticos. A maior inovação da *Enciclopédia* foi integrar as artes e as ciências numa nova cultura intelectual; já não se tratava das "artes liberais" de herança clássica e medieval, mas das artes mecânicas. O objetivo era associar o fazer mecânico e o conhecimento científico. Com a obra, os iluministas sistematizaram suas convicções a respeito da difusão do conhecimento e da técnica como modo de libertar o homem da visão tradicional do conhecer e do fazer.

Segundo Manguel (1999), também no século XVIII, Nicolas Adam cria o método global ou analítico para ensino da leitura em *A trustworthy method of learning any language whatsoever* (Um método confiável para aprender qualquer língua). De acordo com Adam,

> Quando mostras um objeto a uma criança, um vestido, por exemplo, alguma vez te ocorreu mostrar-lhe separadamente primeiro os babados, depois as mangas, então a frente, os bolsos, os botões, etc.? Não, é evidente que não. Mostras a ela o todo e dize-lhes: isto é um vestido. É assim que as crianças aprendem a falar com suas amas. Por que não fazer o mesmo quando as ensinamos a ler? Esconde delas todos os a-bê-cês e todos os manuais de francês e latim; entretém-nas com palavras inteiras que elas possam

> compreender e que irão reter com muito mais facilidade e prazer do que todas as letras e sílabas impressas (MANGUEL, 1999, p. 99).

A partir do século XIX acontece a popularização do ensino da leitura e da escrita em todo o ocidente[2]. Neste contexto e nos séculos seguintes a alfabetização dos povos esteve intimamente associada à educação do cidadão e formação de opinião levando-se em consideração a nova organização política das nações em governos representativos e a proclamação de direitos constitucionais. Essa nova demanda política produziu a associação entre alfabetização e progresso, bem como analfabetismo, ignorância e atraso.

Na fala do presidente da província mineira:

> O regime representativo é a forma de governo característica do século em que vivemos. Nele a lei feita pelos representantes da nação é a **expressão da vontade popular e o governo do país mantém-se pelo apoio da opinião**. A simples enunciação destes princípios, geralmente sabidos, é suficiente para tornar patente **quanto deve interessar a educação nacional aos poderes públicos dos países constitucionais** (RELATÓRIO, 1870) (grifos meus).

Em artigo publicado no "Diário de Minas" de 30/01/1876, registra-se,

> A ignorância do povo é um mal que não só difficulta a civilização, mas ao mesmo tempo compromete a liberdade. **Um povo que não lê é um povo que não vive na comunhão social**. A leitura, instrumento moral da instrucção, é o único meio possível de elevar o nível intellectual entre os homens [...] É preciso portanto que o povo se instrua [...] (grifos meus).

No Brasil, ao final do século XIX, apesar do movimento de popularização da leitura, registra-se um alto índice de analfabetismo, em torno de 85%. Nos anos iniciais da República será forte o apelo à reforma da escola, dos currículos e dos métodos. A efetivação da civilização se torna refém da alfabetização.

Considerações finais: leitura e formação moral

[2] Para maior aprofundamento sobre história da alfabetização no Brasil ver FRADE E MACIEL, 2006.

Apesar do desenvolvimento histórico do acesso à leitura de livros, a convivência ente leitores, livros, instituições e educadores sempre foi muito tensa. Entre educar crianças e jovens na condição de leitor e formar para torná-los leitores há diferença considerável. Em geral discute-se mais a formação do leitor enquanto condição e não enquanto um processo. Na história da leitura e circulação dos livros destacou-se mais a primeira concepção.

Desde a Idade Média os moralistas receavam que as mulheres ao aprenderem a ler pudessem ter acesso a leituras imorais, tais como missivas amorosas. O método escolástico praticava uma leitura perturbada devido à constante vigilância das palavras e ao objetivo de fazer a recolha das lições de moral. Em fins do século XVI a Igreja Católica publica o *Index* — lista de livros proibidos considerados pela igreja como perigosos para a moral cristã. Ao longo do século XIX se organizam bibliotecas com "bons livros" e neste contexto há uma maior demarcação nos hábitos de leitura que se diferenciam quanto à idade e ao gênero.

Referindo-se à França, Alain Corbin (1991, p. 493-494) comenta que,

> Mais do que nunca firma-se o desejo de confinar as crianças na leitura, desde então popular, dos contos e lendas. Às múltiplas edições de Perrault ou de madame d'Aulnoy, somam-se incontáveis obras cujos autores, desde a condessa de Ségur até Jean Macé, procuram encontrar a especificidade do imaginário infantil. É mais recente o considerável avanço de uma literatura destinada à infância burguesa e objetivando apoiar a supremacia social em uma primazia moral. Conduzida por Madame Necker de Sausure e madame Guizot, uma legião de boas senhoras inspira-se no modelo elaborado por Madame Genlis. Todas concordam com os médicos quando aconselham que se fiscalizem as leituras domésticas das mocinhas; todas denunciam os efeitos destruidores do romance, no qual concentra-se o jogo do desejo e da proibição [...] Os homens por seu turno, reservam-se esta literatura proibida cuja exata difusão jamais podemos medir. A vivacidade da luta movida contra o livro obsceno, que o senador Béranger e as ligas de moralidade não cessam de alvejar no final do século, permite adivinhar um amplíssimo sucesso, viabilizado pela criação de canais de distribuição muito reservados.

No Brasil, em texto de 1932, J. Guimarães Menegale em estudo sobre o que deve ser uma biblioteca pública, afirmava que

> Ler não é só arma de cultura, é arma também de perversão. Assim, quando a literatura nociva se tornou, pelos seus preços, tão vulgar e acessível, impõe-se facilitar a todo transe a boa leitura, capaz de, contrapesando a outra, forrar o indivíduo e, por consequência, a massa popular à corrupção moral e social (MENEGALE, 1932, p. 16).

A história da leitura tem se revelado mais como a história do controle do processo de torna-se leitor. Numa crítica a esta tendência, Cecília Meireles (1951), ao discutir sobre o que é o livro infantil, refuta aqueles que o veem como um estilo e conteúdo "adequado" à criança, inventado pelos adultos com o objetivo de transmitir valores úteis para a formação das crianças. Para ela, "Nessas condições, qualquer tema, de suficiente elevação moral, exposto em forma singela e correta pode transformar-se num livro infantil" (MEIRELES, 1951, p.35). Segundo a autora, é preciso investigar a dinâmica de comunicação entre o adulto e a infância, ou melhor, indagar se nesta dinâmica o adulto tem sempre razão e/ou está a serviço de preconceitos ou se a infância é mais arguta e imaginativa do que se pensa. Mais que produzir a condição de leitor há de se pensar a sua formação como processo interminável. Antes de tudo,

> não basta um pouco de atenção dada a uma leitura para revelar uma preferência ou uma aprovação. É preciso que a criança viva a sua influência, fique carregando para sempre, através da vida, essa paisagem, essa música, esse descobrimento, essa comunicação... (MEIRELES, 1951, p. 37).

Referências

CORBIN, Alain. O segredo do indivíduo. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (Orgs.). **Historia da Vida Provada**: da revolução francesa à primeira guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 4.

ELIAS, Norbert. **La civilización de los padres y otros ensayos**. Colômbia: Grupo Editorial Norma, 1998.

_____.**O processo civilizador**: formação do estado e civilização. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. v. 2.

_____. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1994a. v. 1.

_____. **Teoria del símbolo**: um ensayo de antropologia cultural. Barcelona: Península, 1994.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; MACIEL, Francisca Izabel Pereira. **História da alfabetização**: produção, difusão e circulação de livros (MG/RS/MT – sec. XIX e XX). Belo Horizonte: UFMG/FaE, 2006.

GOULEMOT, Jean Marie. As práticas literárias ou a publicidade do provado. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (Orgs.) **História da vida provada**: da renascença ao século das luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 3.

HAVELOCK, Eric A. **A revolução da escrita na Grécia e suas conseqüências culturais**. São Paulo: UNESP / Paz e Terra, 1996.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação**: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 1989.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da Leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MENEGALE, J. Guimarães. **O que é e o que deve ser a Biblioteca Pública**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1932.

MEIRELES, Cecília. **Problemas da literatura infantil**. Belo horizonte: Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais, 1951.

Documentos

Jornal Diário de Minas, Ouro Preto, 30/0.12/1876.

RELATÓRIO que ao Ilm. E Exm. Sr. Senador Manuel Teixeira de Souza apresentou no dia 16 do corrente o Exmo. Sr. Dr. José Maria Correia de Sá e Benevides por ocasiaão de passar-lhe a administração desta província. Ouro Preto: Typografia do Minas-Gerais, 1870.